

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO CONTEXTO RURAL

Daine Ferreira Brazil do Nascimento ¹

Georgiane Silva Mota ²

Priscilla Nunes Porto ³

Carle Porcino ⁴

Jeane Freitas de Oliveira ⁵

INTRODUÇÃO

A população rural é conhecida como o grupo que reside fora dos limites urbanos, visto que a zona rural é definida física e geograficamente sem levar em conta os processos econômicos e sociais que constituem esse espaço (IBGE, 2010; RUCKERT, CUNHA e MODENA, 2018). A condição de vida desse segmento populacional é marcada pela pobreza, invisibilidade e dificuldade de acesso aos benefícios sociais a partir de políticas públicas, especialmente nas regiões mais pobres do país (XIMENES et al., 2016; HEREDIA, 2006).

A vida de mulheres da zona rural é atravessada por diversos fatores que impactam seu contexto de vida, considerando as situações de vulnerabilidades e agravos, visto que enfrentam situações de desigualdades de gênero e desvalorização familiar. Esses aspectos são potencializados, haja vista as diversas funções desempenhadas por essas mulheres, que, ainda são popularmente consideradas leves, tidas como secundárias pelos próprios membros da família, além de sua autonomia se restringir somente ao cuidado da casa e dos filhos, pois todo o processo decisório referente aos investimentos e recursos é desenvolvido pelo homem (BRUMER 2004). Elas, além de desempenharem diversas funções no ambiente doméstico, também trabalham na agricultura que pode ser familiar e/ou como prestadora de serviço para outrem. Somado a isso, a mulher rural ainda enfrenta situações de violência que impactam ainda mais seu ambiente familiar e de vida (FILIPAK, 2017). O fenômeno da violência está relacionado à cultura de gênero e às relações de poder. Os altos índices de violência contra mulheres ainda estão permeados pela invisibilidade da problemática na área da saúde e tornam as intervenções fragilizadas (COSTA e LOPES, 2012). Por conseguinte, discutir a violência, seja no contexto rural e/ou nos diversos ambientes, torna-se indispensável por se compreender que esse processo contribui para adoecimento físico e mental nas mulheres, trazendo consigo elementos, a exemplo da invisibilidade, que reduzem consideravelmente o enfrentamento da sua condição.

Outro fator limitante nesse processo de enfrentamento é a identificação e subnotificação das ocorrências relacionadas a diversas formas de violência. Segundo o Projeto de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), entre os anos de 2009 e 2010, foram notificados 100.849 casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, número subestimado considerando a subnotificação (PEREIRA-GOMES et al., 2015).

¹ Mestranda do Curso de enfermagem da Universidade Federal da Bahia- UFBA, daynefb.14@hotmail.com;

² Mestranda do Curso de enfermagem da Universidade Federal da Bahia- UFBA, georgianemota@gmail.com

³ Doutoranda do Curso de enfermagem da Universidade Federal da Bahia- UFBA, priscillaporto@outlook.com

⁴ Doutoranda do Curso de enfermagem da Universidade Federal da Bahia- UFBA, carle.porcino@outlook.com

⁵ Doutora Prof^a do Curso de enfermagem da Universidade Federal da Bahia- UFBA, jeane.foliveira@outlook.com

Este resumo é resultado de uma pesquisa de mestrado em andamento.

Diante do cenário de vulnerabilidade exposto, trabalhar com mulheres rurais, considerando suas especificidades, torna-se de grande relevância social e de saúde, visto que conhecer o contexto de vida da mulher rural, suas dificuldades e seus enfrentamentos, contribui para a compreensão de sua multiplicidade, favorecendo o diálogo, formação de vínculo, facilitando as práticas e orientações dos profissionais de saúde que prestam os cuidados a essas mulheres.

A pesquisa se tornou viável em virtude de uma das pesquisadoras já trabalhar nesse serviço, conhecer a comunidade, acolher os enfrentamentos e desafios dessas mulheres, além de garantir maior confiabilidade nos resultados que estão sendo coletados, tendo em vista a aproximação prévia já estabelecida e vínculo formado. Observou-se um cenário onde as mulheres são majoritariamente de baixa renda, negras, dependentes financeiramente de terceiros, com episódios de violências que em alguns casos são sobrepostas.

Sua relevância surge num cenário em que as produções acadêmicas sobre a temática são escassas e pouco discutidas, e por tratar-se de assunto atual referente a populações invisibilizadas e vulnerabilizadas. Sendo assim, o trabalho objetiva identificar situações de violência vivenciadas por mulheres rurais.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa que está sendo desenvolvida numa comunidade rural localizada no município de Camaçari-Ba. Esse município, possui 784,548 Km² com população estimada de 296.893 habitantes, sendo aproximadamente 6% dessa população de característica rural. Apesar de possuir altos índices de produtividade e geração de renda, a partir do Polo Industrial de Camaçari que abriga empresas químicas, petroquímicas e automobilísticas a cidade é marcada pela concentração de renda, altos índices de pobreza e desemprego. (IBGE, 2017; NEVES, 2010). A pesquisa está em fase de coleta de dados desde abril de 2019, entretanto para este resumo foram utilizados 20 questionários respondidos pelas mulheres na fase de teste do formulário. Essa fase se caracterizou como parte do processo de reconhecimento da população do estudo, sendo utilizado formulário semi-estruturado de perguntas, e sua aplicação teve início no dia 30 de abril de 2019 e término no dia 04 de junho 2019, implicando em quatro idas a campo. As participantes foram abordadas durante o período de espera entre consultas e atendimentos em saúde e convidadas a participarem do processo de testagem do formulário estando cientes da proposta da pesquisa e sendo convidadas a integrarem o número amostral após avaliação do instrumento. Para os critérios de inclusão dessa etapa foram consideradas mulheres com idade igual ou superior a 18 anos devidamente cadastradas na Unidade de Saúde da Família da comunidade de estudo. A pesquisa segue as normativas e recomendações de nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Além disso, passou pelo processo de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFBA, sob parecer de nº 10352919.3.0000.5531. Para a técnica de coleta de dados utilizou-se a entrevista. Os resultados foram processados pelo programa estatístico Excel® e expressos em índices percentuais.

DESENVOLVIMENTO

A discussão sobre a violência contra a mulher no meio rural surgiu à medida que o formulário sóciodemográfico estava em fase de teste e aplicação. Conforme a etapa se desenvolvia os relatos iam surgindo, uma vez que o instrumento trazia questões relacionadas à conflitos familiares e violências, sejam de cunho pessoal ou coletivo. Trazer a problemática para o contexto rural, visando ser esse um cenário invisibilizado, revela uma condição de vida em que as mulheres carregam marcas e sofrem com uma realidade geral em que uma a cada 5 sofrem com violência e apesar de já terem sido espancadas pelo marido, ex-companheiro, este se torna um fenômeno velado que está sujeito à problemática da subnotificação, fator que tem dificultando o conhecimento da dimensão do problema e afetado a intervenção (VIANA et al., 2018; COSTA e LOPES, 2012).

As mulheres, sejam no cenário rural ou não, relatam as situações vivenciadas no passado e no presente, manifestando suas fragilidades, revivendo episódios de violência que expressam a exposição que muitas estão sofrendo bem como os agravos de saúde que surgiram a partir dessas circunstâncias a exemplo de lesões, sofrimento psíquico, sexual, moral dentre outros (VIANA et al., 2018).

Ao se trabalhar com violência, é preciso conhecer seu contexto e compreender seu significado para a partir disso conseguir identificar os casos de violência vivenciado por mulheres. Essa violência, é caracterizada por qualquer ação e conduta, por meio do gênero, que traga danos, morte, sofrimento físico, mental e psicológico à mulher, seja no ambiente público ou privado. Pedrosa e Zanello (2016), reiteram que esse cenário tem tomado tamanha dimensão mundial que a Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1990 tornou a violência contra a mulher uma questão de saúde pública, fato pertinente e necessário que tem trazido maior visibilidade para uma questão que tem provocado impactos na sociedade.

Algumas das mulheres, quando questionadas sobre a violência vivenciada não tinham o discernimento e a diferenciação dos tipos de violência. Esses aspectos são relevantes por ser tratar de uma condição em que ela sofre a agressão, mas não a considera enquanto tal, por não ter a compreensão de que aquele contexto e aquele que a pratica se configurem como situações de violência. Para que a mulher da comunidade compreenda seu estado psicológico ou até mesmo evite agravar sua condição, ela precisa conceber que historicamente e culturalmente seu papel na sociedade e suas atribuições são estabelecidos por meio das construções sociais através do determinismo biológico, ao contrário do que se é difundido, ela não precisa se encaixar num determinado padrão em que ainda se espera que a mulher seja dócil, amorosa, devotada, recatada e amante.

Evidenciar essas imposições sociais pode ser uma ferramenta de empoderamento, tendo em vista que um comportamento dentro do que se é esperado da mulher poderá reforçar uma cultura que insiste em aprisionar, silenciar, adoecer, impossibilitar, tornando sua condição ainda mais susceptível e vulnerável, impossibilitando que ela se defenda e reconheça seus direitos e papéis dentro do seio familiar e da comunidade (ZANELLO, FIUZA e COSTA, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistadas 20 mulheres na fase de testagem do instrumento, sendo que 90% se autodeclararam como negras. Quando perguntadas sobre o grau de escolaridade, 40% não concluíram o ensino fundamental e 30% não concluíram o ensino médio. Quanto a renda,

75% declararam receber até um salário mínimo, e 85% relataram depender financeiramente de terceiros.

Além de se constituir um contexto de pobreza, que é caracterizada como prática de opressão que possui elementos que depreciam o indivíduo, essa população se configura por ter uma baixa escolaridade, sendo composta predominantemente de negras, que, embora estejam em idade economicamente ativa, não conseguem inserção no mercado formal de trabalho e é formado por minorias que em condições ditas normais já sofrem repreensão social e discriminação racial (MOURA, XIMENES, 2016). Somado a isso está a dependência financeira, motivo pelo qual as mulheres não deixam seus companheiros, especialmente quando possuem filhos, pois sem remuneração ela se torna impossibilitada de manter o seu sustento.

O grau de escolaridade é outro fator que interfere sobre a renda e dependência financeira. Quanto menor a escolaridade, mais difícil o acesso ao mercado formal de trabalho. Além disso, fatores raciais parecem ser determinantes para essa inserção no mercado, geralmente tendo acesso aos cargos mais baixos, quando são escolhidas (GOMES et al., 2012).

A idade é outro fator relevante que deve ser considerado, principalmente se tratando da violência contra a mulher e suas vulnerabilidades, visto que a faixa etária das mulheres variou entre 18 a 29 anos (40%). Estudo realizado em Petrolina-PE demonstrou que havia um maior predomínio de casos de violência entre mulheres com essa faixa etária entre 20 e 39 anos, estando também em consonância com o relatório realizado pelo VIVA, onde a maior proporção de atendimentos de urgência e emergência relacionados à episódios de violência eram em mulheres de 20 aos 39 anos (VIANA et al, 2018; BRASIL,2004)

Quando questionadas sobre o estado civil e situação conjugal, 65% afirmaram ser casadas ou estar em união estável. O estado civil representa um elemento que pode vir a potencializar a violência para mulher envolvida num relação, ameaçando sua saúde, sendo esse tipo de agressão considerado um reflexo que se mantém num padrão de abuso contínuo (ROSA et al., 2008).

No que se refere aos conflitos familiares, 80% referiram não possuir qualquer tipo de conflito. As mulheres que referiram conflito informaram que quando ocorrem são raros os episódios. Para os casos de mulheres que sofreram ou sofrem violência, 40% afirmaram positivamente serem agredidas, sendo categorizados entre abuso sexual (37,5%), violência psicológica (37,5%), infantil (25%), doméstica (25%) e institucional (15,5%). Para àquelas que referiram sofrer abuso sexual, os agressores foram tio, cunhado e padrasto, violência doméstica os ex-companheiros, e psicológica colegas de trabalho. A violência sexual se caracteriza como sendo um fenômeno difícil de enfrentar, pois a denúncia expõe o abuso que ocorre sobretudo no meio familiar produzindo uma crise e causando danos psicológicos na vítima (ARAÚJO,2002).

Atrelado a isso, a violência psicológica se instaura como sendo sutil e difícil de ser percebida pela vítima, diferentemente do abuso sexual e da agressão física, a primeira decorre de palavras, gestos, olhares, sem necessariamente ocorrer contato físico. Além disso, é imprescindível salientar que a violência psicológica não afeta apenas a vítima, ela atinge todas as pessoas que presenciam ou convivem com a situação. Para as mulheres o pior não é a violência isoladamente, mas a tortura mental e a constante convivência com o medo e o terror. (SILVA, COELHO e CAPONI, 2007; OMS, 1985)

A violência infantil foi outro tipo de agressão evidenciada após análise dos resultados, essa observação compreendeu que a violência intrafamiliar contra a criança e adolescente ocorre como meio de conferir poder, dominação e exploração sobre a criança como meio de

satisfazer seus caprichos e necessidades pessoais. Em paradoxo a isso, o papel da família seria de instaurar um ambiente que garantisse à criança proteção, segurança, provimento das necessidades físicas e emocionais, zelando pelo desenvolvimento tornando-se fundamental para a formação do indivíduo dentro da sociedade (ARAÚJO,2002).

Quanto à violência institucional, para àquelas que evidenciaram essa prática, ela é abordada como um fato presente no ambientes das instituições, nesse caso em saúde, definida pela omissão ou negligência, e comissão relacionadas aos procedimentos desnecessários ou indesejáveis. Ela também se relaciona com insultos, ameaças, agressão física ou psicológica.(RIBEIRO DOS SANTOS et al., 2011)

Já em se tratando da violência doméstica, de acordo com o mapa da violência de 2015, o Brasil passou da 7ª colocação para a 5ª no ranking de taxas de feminicídios. A mesma pesquisa trouxe que 50,3% dos casos em 2013 eram cometidos por familiares, onde 33,2% destes eram ex-parceiros. (PEDROSA; ZANELLO, 2016).

Inúmeras são as consequências que a violência doméstica acarreta para a pessoa agredida, elas são severas e tomam dimensões alarmantes, desde ocorrência de fraturas, luxações e hematomas até impactos psicológicos e comportamentais, como depressão, ansiedade, dependência química e farmacológica, ou, em casos mais severos, desequilíbrios que levam a suicídios, sendo uma das violências mais expressivas na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apontam para um cenário em que as mulheres se encontram, mesmo que sutilmente, expostas e situações vulneráveis e aos mais diversos tipos de violência. Além disso, os aspectos inerentes aos costumes, comportamentos dessa população se configura como um desafio para a comunidade acadêmica, a exemplo do menor acesso aos serviços de saúde e a baixa cobertura nestas regiões. Importante salientar que estes dados são preliminares, considerando que, ainda não é possível conhecer a dimensão da violência vivenciada por essas mulheres. Tais evidências serão desveladas e aprofundadas no decorrer da pesquisa.

Palavras-chave: mulher, população rural, violência, vulnerabilidade, cuidado, saúde.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez. 2002

BRASIL. Ministério da saúde/SVS. Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), Violência Doméstica, Sexual e/ou outras violências. Brasília: Ministério da Saúde; 2004.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

COSTA, Marta Cocco da; LOPES, Marta Julia Marques. Elementos de integralidade nas práticas profissionais de saúde a mulheres rurais vítimas de violência. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo , v. 46, n. 5, p. 1088-1095, out. 2012.

FILIPAK, Alexandra. Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos. 2017.

GOMES, Nadirlene Pereira et al . Homens e mulheres em vivência de violência conjugal: características socioeconômicas. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre , v. 33, n. 2, p. 109-116, June 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: Unifem. O progresso das mulheres no Brasil, pp. 186, 2006.

MOURA, James Ferreira e XIMENES, Verônica Moraes. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 28 – n. 1, p. 76-83, 2016.

NEVES, Márcio Silva. Causas dos homicídios de jovens e a fragilidade da rede de proteção social em Camaçari. 159f. Dissertação – Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador, Salvador, 2010.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Resolução da Assembléia das Nações Unidas. Local:** 1985.

PEDROSA, Mariana; ZANELLO, Valeska. (In)visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília , v. 32, n. spe, e32ne214, 2016.

PEREIRA-GOMES, Nadirlene et al . Apoio social à mulher em situação de violência conjugal. **Rev. salud pública**, Bogotá , v. 17, n. 6, p. 823-835, nov. 2015 .

ROSA, Antônio Gomes da et al. A Violência Conjugal Contra a Mulher a Partir da Ótica do Homem Autor da Violência. **Saúde Soc.** São Paulo, v.17, n.3, p.152-160, 2008.

RUCKERT, Bianca; CUNHA, Daisy Moreira; MODENA, Celina Maria. Saberes e práticas de cuidado em saúde da população do campo: revisão integrativa da literatura. **Interface**, Botucatu , v. 22, n. 66, p. 903-914, Sept. 2018 .

RIBEIRO DOS SANTOS, Ana Maria et al. Violência institucional: vivências no cotidiano da equipe de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, vol. 64, núm. 1, enero-febrero, 2011.

VIANA, Aline lopes et al. Violência contra a mulher. **Rev enferm UFPE on line.**, Recife, 12(4):923-9, abr., 2018.

XIMENES, Verônica Moraes et al . Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. **Estud. psicol.**, Natal , v. 21, n. 2, p. 146-156, 2016 .

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 238-246, Dec. 2015.

SILVA, Luciane Lemos da. ; COELHO, Salema Elza Berger; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v.11, n.21, p.93-103, jan/abr 2007.